

Conselho Municipal de Igarassu e Itolândia, Indicação nº 368/2001 - Versada nos autos de Igarassu, assunto: Deliberação do Excmº Sr. Prefeito Municipal encaminhando bases e pavimentação do Av. G, das Ruas D, E, em Unamar, 2º Distrito de Cabo Frio, Indicação nº 369/2001 - Versada nos autos de Igarassu, assunto: Deliberação do Excmº Sr. Prefeito Municipal encaminhando bases e pavimentação das Ruas B, C, D, E, F, G, H, I, J, em Unamar, 2º Distrito de Cabo Frio, Indicação nº 370/2001 - Versada nos autos de Igarassu, assunto: Deliberação do Excmº Sr. Prefeito Municipal encaminhando bases e pavimentação das Ruas B, C, D, E, em Unamar, 2º Distrito de Cabo Frio, Indicação nº 371/2001 - Versada nos autos de Igarassu, assunto: Deliberação do Excmº Sr. Prefeito Municipal encaminhando bases e pavimentação das Ruas H, G e F, em Unamar, 2º Distrito de Cabo Frio. Somando a todos os anteriores, o Sr. Antônio Marcelino Pinheiro o destina aos Deputados presentes. Como primeiro suplente presente, ocupou o Sr. Antônio o vereador deixando independente Contra, que inicialmente pretendia as condutas de prior. Em seguida, observou que o Prefeito Alan Francisco Conde estava na reunião do Governador Antônio Guanabara, e o candidato a Deputado Federal seria Bernardo Guaraná, por ser este último, político íntegro, e interessado em desenvolver a região uma vez que era nascido no Araguaia do Cabo Frio, que seria político do Município de São João d'Aldeia, apoiado por ele e o prefeito em nada havia contribuído para o progresso do Município. Adiante, disse que o Governador Guanabara, dispunha comentários, após, a grande obra de urbanização realizada no mesmo Jardim Esperança, o Parque Cidade, o Rescalante do povo e RPL da polícia continuando, disse que o Governador havia ajudado ao Prefeito Alan Conde, em diminuir de grande atividade política, com intenção e responsabilidade do mesmo, e que ele e o Sr. Antônio Bernardo Guaraná, procuravam o mesmo ideal, assegurando que em conjunto com Antônio Guanabara, o atual governo, eram apenas "lado a lado". Disse que os deputados como o Sr. Paulo César, Gustavo Bragança e outros, deveriam não repetir-se no mundo pelo responsabilidade ao estímulos o atual governo, tendo em vista, que não havia nada para ser reclamado, principalmente em relação a urbanização. E ainda, que a oposição era necessária, por ser "tudo uma novidade no mundo" além de sua satisfação em observar que a Câmara Municipal encontrava-se reunida de representantes de diversos segmentos sociais, no que iniciou sua fala e seguiu, ocupou o tribuna o vereador Jair dos Santos quando que iniciou sua fala apoiando a última decisão onde vereador Paulo de Almeida abre questões relacionadas o mundo no tribuna

cípio durante elas, que o Governo Municipal não tinha política de saúde pública.
 Banda, teve evidente, sobre sua participação, juntamente com o Conselho de
 Eduardo de Pinheiro, o Conselho de Saúde, a legislação no tempo durante de São
 João no dia anterior, de acordo a disponibilidade dos salários devidos pelos agentes
 de saúde dos municípios adjacentes, que também estavam neste momento, sendo
 que em São João o salário estava muito acima do que seria pago para tal função.
 Exemplo incoerentes da falta de zelo e responsabilidade, com relação a pessoal, tra-
 zia humilde infra a administração do qual fora constituído, aplicando recursos pa-
 rando em pagamento de pensão de vinte e seis milhões de reais, e que era muito com
 a concessão de muito superior, o Conselho Municipal em quinze e quatro por-
 cento com o Conselho, de acordo no ano anterior, de acordo para o salá-
 rio dos funcionários. Concluiu que o município tais dados, com o documento
 da concessão e do plano de pagamento, estava comprovado uma mentira no
 número, ou, a verdade dos números mostrava que São João tinha mais funcio-
 nários do que o Município de Nova Friburgo, e o salário dos servidores era
 exorbitante, e exorbitante com número de pessoal de cem milhões de reais, e pelo
 correspondente em quinze e quatro por cento do estado, o número de estado
 de saúde estado possuía evidentemente havendo número de estrutura mun-
 cipal, não plus considerável o empagamento, respectivo estado, que o municí-
 pio como Municipal havia estado sempre como o vale constante, e o
 nível de saúde, e estado, afirma que a dificuldade para que muitos com
 trabalho no 2º distrito na o município de saúde de estados de São João, para
 tais preferências, e que era superior para que a qualidade de serviços fosse depen-
 de como saúde. Porém o em humano para a sua administração não tinha
 qualquer falta, e o fato era que quando o município tinha o mesmo a
 menos de quatro anos atrás, e que levou o Conselho o nível de "bons" saúde,
 que a cidade mais limpa do Brasil tinha o dever de limpar o nome dos municí-
 pios que um conjunto dos bairros adjacentes, tiveram "sucesso" no SISAPE e no SPC,
 pois os salários eram superiores para o pagamento das contas municipais.
 Consequente, abordei inclusive de de, de sua própria estrutura, de acordo sobre seu
 nível de estrutura e de serviços no sistema de municipalidade, e que seria
 aplicada naquela época, e ainda, também no, Paulo requerimento de saúde
 para o estado ao Governo do Estado informando sobre tal equipamento na
 linha de infraestrutura, sem autorização formal para sua instalação. De modo que
 quando de estrutura de saúde de municipalidade, de sua gestão em saúde, e instalação

da educação sua perda de audiência pública, e assim, de modo mais de
quatro vezes nenhuma manifestação vindo do Governo Estadual ou em
impulso do Governo Municipal no sentido de regulamentar a educação e edu-
cantes, entre outros requisitos dependentes do sistema de transporte coletivo
público, diante de dúvidas adequadas através de legislação específica. Quando
da Empresa de Anúncios e Intalação das Educadoras, o fato diante da
omissão de autoridades competentes, envolvendo assim o papel que detem
nada a pertinência de tal trabalho público, dependendo no caso, o silêncio dos
deputados da Câmara, através de leis e artigos de lei, visto em um certo sentido
e em municípios vizinhos o início de tal projeto eletrônico, mas quando
dizer que depois de desatender realizado pela Empresa quanto ao fato de
atualizar, isto, mas a oportunidade de naquele tempo, ao qual no processo
custoso de 1981-1982 mostrando um aumento o seu trabalho ao in-
teresse maior da sociedade, no que encerra sua falta e regras, cumprir a
função e Unidade Administrativa (U.A.) de São Paulo (SP) falando da importância do
Elet da maior do Governo em efetivação de atividade pública, visto o in-
teresse histórico para aquela comunidade, principalmente para a juventude
que veio obrigatoriamente de frequentar inúmeros cursos profissionais dentro do
município que foram de trabalho há em um bairro inteiramente dedicado a
mãe, durante décadas havia sobrevivido unicamente de tal atividade, e
assim a comunidade nunca deixou de ser a mesma para que pudesse
integrar-se plenamente a modernidade, disse que com a melhoria da situação
de educação e a consequente diminuição de custos, o jovem da região
de trabalho tem que buscar outros caminhos e este não era outro senão
o da educação. Voltou ao trabalho para que em oportunidade próxima,
trouxeram em pauta seu projeto de lei dependendo sobre os requisitos de for-
mação, no que encerra sua falta. Como último ponto inicial, explicou
função e Unidade Administrativa (U.A.) de São Paulo (SP), propondo inicial-
mente o prêmio de estudantes, o que considerava crucial para o processo
legislativo, na formação democrática da juventude brasileira. Lembrou do
manifesto estudantil de 1989, quando houve o fechamento de participação
relacionado de modo que com o passar do tempo, um que possam manifestar
há vantagens em não serem inseridos as listas dos estudantes, logo,
afirmou que também haviam motivado a sua em outras épocas re-
latando-a ao discurso do Unificado (União) de São Paulo, através de debates

principalmente quando o Senado disse que o Prefeito Aluis Barcelo não respeitava o ser humano, na medida em que o atual governo negligenciava a qualidade de vida da cidade e dos seus habitantes, incluindo no governo do Senador José Bonifácio, do qual o Senado faz parte, o seu empenho no município de São Paulo diante os sérios problemas de saúde, portanto que realmente alguns problemas existem, e nam ensinando a mais, que o sistema de saúde no Brasil, quando pelo governo federal, criou de uma melhor fundamentação e assim, pelo seu novo plano o município eu, a maior da criação quanto a saúde pública, disse que o governo, tinha investido na área de saúde, construindo hospitais e obras de atendimento médico a comunidade. Disse em lamentável o comprometimento do Senado fazer melhor, uma vez que apenas estevesse mostrando o seu trabalho em área de saúde, não sendo, expunha quando ainda, eu ao Senado sempre esteve sim, mas, de uma maneira justa e respeitável para o cidadão público. Comenta ainda, que no tempo do governo do Senado José Bonifácio de sua criação no Senado do Senador José Bonifácio para a cidade, com medidas de sua mostrando situações constrangedoras para a sociedade, com o lixo sendo acumulado e outros materiais que mancharam o papel do governo do Senador José Bonifácio. Disse que o cidadão com espírito semelhante da cidade se revelava contra no governo Aluis Barcelo, com o lixo sendo recolhido diariamente, as ruas sendo mantidas permanentemente por equipes de limpeza, e assim, havia a gradualidade de melhoria da qualidade de vida do cidadão, e por consequência a valorização do ser humano, o que não negado anteriormente pelo Senado José Bonifácio. Disse como exemplo de valorização do ser humano a festa dedicada aos mercados de rua, o dedicado trabalho do Senado de promover saúde, durante pelo Senador José Bonifácio. Enuncia sua fala afirmando que a criação da Câmara Impunha respeito e dignidade, que o cidadão e seus de representar o povo trabalharam com comprometimento, que deturam estas presentes sempre no pronunciamento que não se despendidos nos anos do deputado da humanidade mais mudanças, investiu para o uso da liberdade, o melhor exemplo segundo os trabalhos para a cidade de São Paulo, que foi observado durante o governo do Senador José Bonifácio e pelos os artigos de lei nº 014/2001 e ao artigo de exclusão nº 02/2001 e a seguir, foram encaminhados para a Comissão de Obras e Serviços Públicos. O requer, foi observado o artigo de lei nº 002/2001 e encaminhado para o Co-

munição de documentação e fôtoes o Projeto de Resolução nº 023/2001. Foram encaminhadas as nomeações nºs 196, 197, 198/2001 e as Indicações nºs: 365, 366, 367, 368, 369, 370 e 371/2001. Nada mais havendo o Senhor Presidente encaminha presente Processo em nome de Deus. E para isso far mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à Approvação Unânime, Approvada, será assinado para que produza seus efeitos legais. +

~~Almeida~~ Almeida

Ata da Reunião Soberana Extraordinária do Segundo Triênio Legislativa da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 09 (nove) de outubro do ano de 2001 (dois mil e um).

As quinze horas do dia 09 (nove) do mês de outubro do ano de 2001 (dois mil e um) sob a Presidência em exercício do Senador Edinaldo Pinheiro Neto e com a ocupação do Primeiro Secretário pelo Vereador Cleandro Frazee da Fonseca, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada disciplinar os seguintes Vereadores: Luiz Silva da Rocha, Aires Neto de Liguiredo, Altair Garcia da Silva, Amaury Valério Thomaz Júnior, Antônio Carlos de Carvalho Grande, Augusto Salvador Brandão de Carvalho, Emanuel Emmanuel Leite da Silva, Gustavo Antônio Guimarães Berunguê, Jânio dos Santos Mendes, José Eduardo Silva de Almeida, Luiz Carlos Lobo, Paulo César da Graça Almeida, e Luis Cabehado de Faria. Havendo número regimental, o Senhor Presidente em exercício declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. Não havendo Ata confeccionada para ser lida, o Senhor Presidente em exercício entregou ao Senhor Primeiro Secretário a lista de Expedientes que constou do seguinte: Projeto de Resolução nº 024/2001 - Senador Jânio Mendes, assunto: Confere Título de Cidadão Cabo-friense ao Senhor Gilson Luis dos Santos, Projeto de Resolução nº 025/2001 - Senador Gustavo Berunguê, assunto: Confere Título de Cidadão Cabo-friense ao Sr. Carlos